



# Petrolino

PLANO PETROS

Ano XI | nº 99 | Janeiro a Abril 2023

## Direção da FUP quer suspensão do PED 21

**Em reunião, no início do mês de abril, FUP já havia formalizado pedido de adiamento do equacionamento**

Representantes da FUP realizaram na terça-feira, 04/04, reunião com o diretor de Riscos, Finanças e Tecnologia da Petros, Leonardo Moraes, que está acumulando a presidência da fundação, devido a saída de Bruno Dias, cujo mandato não foi renovado. A reunião contou também com a participação do diretor de Seguridade, Akira Miki, que, assim como Moraes, também teve o seu mandato prorrogado.

O encontro foi provocado pela direção da FUP, com o objetivo de apresentar formalmente à Diretoria da Petros documento solicitando que a Petros encaminhe ao Conselho Deliberativo (CD) a proposta de adiamento do Plano de Equacionamento do PPSP-R (PED 2021).

No documento, inicialmente, a FUP propunha que o CD da Petros solicitasse à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) o adiamento do equacionamento do PPSP-R pelo prazo mínimo de 90 dias.

Entretanto, como o equacionamento do PED 2021 começou desde o dia 25/04, a direção da FUP propõe agora a suspensão da cobrança pelo mesmo prazo mínimo de 90 dias.

A solicitação tem como objetivo aguardar, duran-

te esse período, que a Secretaria de Previdência Complementar e Regimes Próprios do Ministério da Previdência viabilize mudanças na legislação infra constitucional, principalmente em relação a Resolução número 042/20 do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

“Segundo o Secretário, essa seria uma das mudan-



ças prioritárias da revisão que será feita”, afirma o diretor da FUP, Paulo César Martin.

Na última semana de Março /2023, os representantes da FUP realizaram importantes reuniões em Brasília, com o novo superintendente da Previc, Ricardo Pena (veja matéria na página 02), e o novo secretário do Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência

Social, Paulo Roberto dos Santos Pinto, que informaram a realização de uma revisão geral dos normativos da previdência complementar, principalmente, a mudança na Resolução CNPC 42/2020.

A alteração dessa Resolução possibilitaria a contabilização dos títulos públicos dos Planos Petros do Sistema Petrobrás repectuados e não repectu-

realmente, só precisariam ser resgatados na sua data de vencimento.

“Destá forma, com a alteração dessa Resolução, a direção da Petros poderia fazer essa mudança o que, segundo esses mesmos estudos, aumentaria contabilmente o patrimônio do PPSP-R em aproximadamente R\$ 5,5 bilhões, o que reduziria significativamente o seu déficit e evitaria a cobrança do PED 2021”, afirma o diretor da FUP.

Com a revisão contábil no patrimônio do PPSP-R e do PPSP-NR, será possível reequilibrar o patrimônio dos planos, reduzindo o PED 2021 e o possível novo equacionamento do PPSP-NR.

A Diretoria da Petros demonstrou que está sensibilizada em relação à proposta feita pela FUP e afirmou que irá analisá-la e encaminhá-la para debate no Conselho Deliberativo.

“Estamos com a expectativa que todo esse caminho seja trilhado e consigamos anular a cobrança do PED 2021 do PPSP-R e do futuro PED do PPSP-NR”, afirma o diretor da FUP, Paulo César Martin.

**[Fonte- imprensa da FUP, com informações da Secretaria de Seguridade, Aposentados e Políticas Sociais]**

ados (PPSP-R e PPSP-NR) pelo valor previsto na sua data de vencimento.

“Hoje, esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado. Se não forem resgatados antes da data de vencimento, para pagamento de benefícios, a mudança de contabilização pode ser feita”, explica Paulo César.

Ele lembra que, segundo estudos da atual direção da Petros, esses títulos,

## ENCONTRO

# Direção da FUP faz reunião com o novo superintendente da PREVIC na busca de soluções para os equacionamentos



No dia 29/03, representantes da FUP, fizeram reunião, em Brasília, com o novo superintendente da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, Ricardo Pena, e sua equipe na busca de alternativas para eliminar os atuais e futuros equacionamentos dos Planos Petros do Sistema Petrobrás repactuados e não repactuados. Além disso, trataram de outros assuntos importantes para os participantes e assistidos da Petros, cuja aprovação também dependerá da atual direção colegiada – Dicol da Previc. Confira:

**1. Eliminação do PED 2021 no PPSP-R** – A ideia é aumentar o patrimônio do plano, a partir da mudança da atual legislação, que apresenta entraves em relação a alteração na forma da contabilização dos títulos públicos que representam quase 50% do patrimônio do PPSP-R. Se essa alteração for autorizada, o valor desse patrimônio aumentará, reduzindo o déficit e a necessidade de cobrar o equacionamento a partir de abril de 2023. Para isso, os representantes da FUP pre-

cisarão se reunir com o novo Secretário de Previdência Complementar e Regimes Próprios, Paulo Roberto Pinho Santos Pinto.

**2. Alteração no estatuto da Petros, com relação à eleição de diretores, o voto de qualidade no Conselho Deliberativo e o direito de defesa** – Essa proposta visa democratizar a gestão da Petros, possibilitar a flexibilização da aplicação do voto de qualidade pelos representantes da patrocinadora no Conselho, garantir o direito de defesa os ex-dirigentes, para que a Petros não fique exposta a ações de regresso, ou seja condenada na chamada sucumbência, garantindo que será a justiça que decidirá se as provas são suficientes e se realmente existe comprovação de culpa, dolo ou má fé e para que não haja qualquer risco para a Fundação, caso esses dirigentes não sejam condenados.

**3. Suspensão da alteração do regulamento do Plano Petros 2 (PP2) aprovada recentemente pelo Conselho Deliberativo da Petros** – Essa suspensão é neces-

sária para evitar o aumento dos saques no patrimônio do PP2. Isso porque a alteração no regulamento do plano garantirá aos atuais dirigentes bolsonaristas, que sabem que não vão continuar na Petrobrás e suas Subsidiárias, o aumento no valor do seu resgate no PP2, passando a retirar não só a sua parte paga ao plano, mas também a parte que a patrocinadora contribuiu. Os participantes do PP2 já têm o direito a portabilidade, na qual portam 100%, tanto da parte da patrocinadora como da parte deles, portanto, não há sentido nenhum em aumentar o valor do resgate. Essa alteração está sendo avaliada pela Sest (Secretaria responsável pelas estatais) e depois segue para aprovação da Previc

**4. Supressão do Inciso VIII do artigo 48 do regulamento dos PPSPs, que está sob análise da Sest e que será analisada pela Previc** – É necessário barrar essa supressão pois, não se trata de uma contribuição extraordinária para cobertura de déficit, mas de uma contribuição extraordinária exclusiva das

empresas patrocinadoras dos planos para recomposição do patrimônio, devido aos impactos dos reajustes de benefícios, acima do índice do INSS, principalmente nas ações que aposentados e pensionistas ganharam na justiça e que houve revisão significativa dos seus benefícios por conta da concessão dos níveis salariais.

**5. Inclusão no estatuto da Petros das mesmas regras previstas na Lei e no estatuto das estatais, com exigências absurdas em relação à candidatura e eleição de dirigentes** – Solicitamos ao Superintendente da Previc, que a Dicol não aprove essa inclusão no estatuto da Petros, inclusive porque essa legislação já está sendo revista no Congresso Nacional.

Ao término da reunião, ficaram definidos vários encaminhamentos importantes, principalmente, quanto à solução para a eliminação dos equacionamentos que precisarão ainda ser discutidos com o novo Secretário de Previdência Complementar e Regimes Próprios do Ministério da Previdência, Paulo Roberto Santos Pinto.

## GOLPE

# Ex-diretoria da Petrobrás tenta atropelar os trabalhos do GT AMS

Em documento enviado às direções da FUP e dos sindicatos, a gerência RH da Petrobrás informa que a empresa reajustará a tabela do Grande Risco em 13,57%, de forma retroativa a 01/03/2023

Mesmo após deixarem a diretoria da Petrobrás, os gestores bolsonaristas ainda criam problemas para os trabalhadores, ativos, aposentados e pensionistas.

Não bastassem as dificuldades que a categoria enfrenta na luta contra os equacionamentos dos PPSPs e os descontos abusivos da AMS, antes de deixarem a direção da Petrobrás, a gestão bolsonarista aprovou o reajuste do plano de saúde, à revelia de toda as discussões feitas ao longo de seis reuniões do GT da AMS.

Em documento enviado às direções da FUP e dos sindicatos, a gerência RH da Petrobrás informa que a empresa reajustará a tabela do Grande Risco em 13,57%, de forma retroativa a 01/03/2023.

Conforme compromisso assumido com a categoria, no Acordo Coletivo de Trabalho, a gestão da Petrobrás implementou em fevereiro o GT para buscar uma alternativa para substituir o índice do VCMH - Variação de Custos Médicos e Hospitalares, em conjunto com os repre-

sentantes da FUP.

O índice de reajuste pelo VCMH de 23%, que seria aplicado na tabela do Grande Risco em março, chegou a ser suspenso após cobrança da FUP ao novo presidente da Petrobrás, Jean Paul Prates.

O compromisso da presidência da empresa foi que a suspensão seria mantida até que o GT concluísse qual seria o índice de reajuste que substituiria o VCMH.

No entanto, antes de deixar a direção da Petrobrás, esses gestores bolsonaristas decidiram que o reajuste da tabela do Grande Risco será de 13,57 %, um percentual que, supostamente, manteria, ao final do ano, a relação de custeio da AMS, prevista no ACT 2022/2023, que é de 60% (empresa) e 40% (trabalhadores).

“É uma conta de chegada, uma suposição da empresa, pois só saberemos no final do ano em quanto ficou a relação de custeio. É mais uma bomba-relógio que a antiga diretoria bolsonarista deixou para a categoria e que vamos buscar desarmar”, explica o

diretor da FUP, Paulo César Martin.

Além disso, ele ressalta que o GT da AMS ainda está em andamento e, portanto, não pode ser atropelado por uma decisão da ex-diretoria, que não foi sequer encerrada no grupo de trabalho.

A diretoria da FUP continuará defendendo e buscando a efetiva implementação das propostas apresentadas no GT.

Os representantes sindicais propuseram como alternativa para o VCMH o IPCA Saúde, cujo acumulado nos últimos 12 meses é de 12,09%, a partir de abril, ou seja, sem retroatividade a março de 2023.

Além disso, os dirigentes da FUP cobraram, enfaticamente, a necessidade de um levantamento criterioso dos impactos na AMS das despesas com tratamentos de doenças e acidentes de trabalho, o que contraria o Acordo Coletivo.

Para os representantes da FUP, antes de definir o índice de reajuste, primeiro a empresa precisa expurgar essas

despesas indevidas dos custos da AMS.

Essa medida é fundamental para reequilibrar as contas do benefício, o que, poderá, inclusive, resultar em superávit na relação de custeio da AMS.

A direção da FUP não aceita o reajuste unilateral imposto para o plano de saúde e irá tomar as medidas políticas e jurídicas necessárias, cobrando posicionamento também do presidente da Petrobrás e da nova diretoria da empresa. (Fonte - Imprensa FUP)

**Para ler o documento da empresa e a resposta da FUP, acesse:**



## Direção do Sindipetro-BA cobra a volta do Posto Avançado com a reabertura do Torre Pituba

Durante a manifestação que aconteceu em Salvador, no dia 29/03, os manifestantes também reivindicaram a reabertura do Torre Pituba - que tem 22 andares, conta com 224 estações de trabalho por andar, mais de 2.600 vagas de estacionamento e poderia abrigar quase cinco mil postos de trabalho.

A direção do Sindipetro-

-BA defende que o prédio pode abrigar a volta do Posto Avançado para atendimento presencial da AMS e da Petros, acomodar o pessoal da ativa da RLAM, da UN-BA. Ali também poderia ser instalada a Universidade Petrobrás. Enfim, trazer mais atividades e investimentos para a Bahia, gerando emprego e renda para o nosso estado.





SEU DIREITO

## Liminar que garante o abatimento de parte das parcelas extraordinárias do equacionamento do PPSP no IR continua valendo

### Dedução só é válida para quem é filiado ao Sindipetro-BA

Os aposentados, pensionistas e trabalhadores da ativa que são associados ao Sindipetro Bahia e pagam o equacionamento devem ficar atentos no momento de preencher a declaração do seu Imposto de Renda (IR) 2023. Isto porque continua valendo a liminar conquistada na justiça pelo Sindipetro, através de ação coletiva, que dá aos petroleiros sindicalizados o direito de abater as contribuições extraordinárias do equacionamento no Imposto de Renda (IR).

Na ocasião da liminar, o juiz determinou, em sua decisão, que a Petros e a Petrobrás e suas Subsidiárias incluam no Demonstrativo Anual de Rendimento, os valores de previdência complementar, a título de equacionamento, que podem ser deduzidos

da declaração anual do IR, até o limite de 12% da renda bruta.

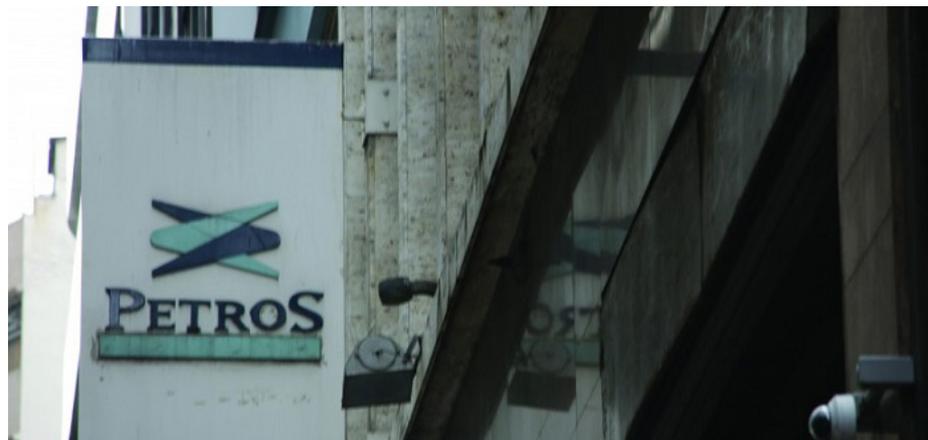
Portanto, é preciso ficar atento aos demonstrativos

judicial.

A assessoria jurídica do Sindipetro está atualizando a lista de associados neste processo (a lista anterior já

que envie ofício à Petrobrás, as Subsidiárias e à Petros com a lista atualizada dos filiados ao Sindipetro-BA para o cumprimento da decisão judicial por parte dessas fontes pagadoras.

Esta foi mais uma vitória de muitas que conquistamos, devido a atuação da nossa assessoria jurídica do Sindipetro-BA. Neste caso, o juiz determinou que fossem beneficiados apenas aqueles filiados ao sindicato. Isto mostra a importância da filiação sindical e também do fortalecimento da entidade que tem como principal objetivo defender os direitos dos trabalhadores. Por isso, se você ainda não for filiado, não perca tempo, filie-se. Venha somar, contribuir e fortalecer o seu sindicato.



para preenchimento da declaração enviados pela Petros, a Petrobrás e suas Subsidiárias, para se certificar se as empresas e a Fundação estão cumprindo a decisão

tinha mais de dois anos), pois houve novas sindicalizações e é preciso garantir o direito de todos os associados ao Sindipetro-BA. Além disto, vai requerer à justiça

## STF publica acórdão da revisão da vida toda

O Supremo Tribunal Federal (STF) publicou em 13/04/2023 o acórdão referente a Revisão da vida toda. Esta decisão reconhece o direito à revisão dos benefícios previdenciários pagos pelo INSS, podendo ser afastada a regra de transição que excluía as

contribuições anteriores a julho de 1994, quando o Plano Real foi implementado, caso seja desfavorável ao segurado.

De acordo com o STF, só tem direito quem recebeu o primeiro pagamento da aposentadoria nos últimos dez anos, e não pode ter

tido o benefício concedido depois de 12 de novembro de 2019.

O entendimento será aplicado em todos os processos referentes a esta demanda no país e as ações que estavam suspensas na justiça, podem ser retomadas.

Importante frisar que cada caso é individual. Desta forma, é necessário procurar um advogado especialista para efetuar os cálculos e averiguar se a mudança será vantajosa.

*Fonte - Lacerda, Mattei e Bulhões Advogados Associados*



## MOBILIZAÇÃO

# Aposentados (as) e pensionistas voltam às ruas pela suspensão do equacionamento

Centenas de aposentados, aposentadas e pensionistas participaram de uma grande mobilização pela suspensão da cobrança do equacionamento e pela sustentabilidade dos Planos Petros do Sistema Petrobrás, o PPSP-R (repectuados) e o PPSP-NR (não respectuados). O ato aconteceu, na quarta-feira, 29/03, em frente ao edifício Torre Pituba, sede da Petrobrás, em Salvador, que foi desmobilizada e fechada no governo de Bolsonaro, mas que deve ser reaberta no governo Lula, após promessa feita pelo novo presidente da estatal, Jean Paul Prates. No mesmo dia aconteceram atos simultâneos na sede da Petrobrás e da Petros, no Rio de Janeiro.

Carregando faixas e cartazes com frases que mostravam sentimentos de revolta, mas também muita disposição para a luta, eles deram o recado para a direção da Petros. Em um dos cartazes estava escrito: "A promessa da Petros é que teríamos uma aposentadoria tranquila". Em outro, a categoria afirmava que iria morrer lutando e pedia o fim do PED e da cobrança abusiva da AMS. Eles também protestaram contra o superbônus pago para diretores da Petros enquanto a categoria mal consegue pagar o equacionamento.

Participaram do ato

aposentados e pensionistas de Salvador, Feira de Santana, Alagoinhas, Pojuca, Catu, Mata de São João, São Sebastião do Passé, Candeias, São Francisco do Conde, Madre de Deus e Lauro de Freitas. Estiveram presentes também representantes da Aepet-BA, Astape-BA, Cepes de Stella Maris, Mataripe e 2004.

## Atrasos na mudança das diretorias da Petrobrás, das suas Subsidiárias e da Petros dificultam a busca das soluções.

Apesar da mudança de governo, com a vitória do presidente Lula, muitas áreas cruciais da Petrobrás, das suas Subsidiárias e da Petros seguem sob o comando de indicados de Bolsonaro, o que vem atrasando a abertura de um canal de negociação para que seja possível encontrar uma solução para os PPSPs, sem a necessidade do pagamento de sucessivas contribuições extraordinárias.

Está prevista para o mês de abril, a cobrança de mais um equacionamento, o PED 2021 no PPSP-R, o que vai complicar ainda mais a vida financeira dos aposentados e pensionistas petroleiros. As direções da FUP e do Sindipetro Bahia defendem a suspensão da cobrança deste novo equacionamento

e querem negociar com a direção da Petrobrás e da Petros soluções definitivas para o fortalecimento e sustentabilidade do PPSP-R e do PPSP-NR e o fim das cobranças do equacionamento. Neste momento, entre outras reivindicações, os dirigentes sindicais têm como prioridade, nas discussões com a nova gestão da Petrobrás e da Petros, à medida que os novos diretores ocupem seus cargos, as seguintes reivindicações:

- Suspensão do PED 2021 do PPSP-R, reequilíbrio do plano e do PPSP-NR, através da negociação das dívidas das Petrobrás e demais patrocinadoras, anteriores a paridade constitucional, compensação para os reajustes superiores ao reajuste do INSS e saneamento dos passivos futuros dos planos decorrentes de ações judiciais;

- Suspensão urgente dos descontos abusivos na AMS e reconstrução do plano de saúde (revisão do custeio, da estrutura e da forma de financiamento; fim da APS; definição de um novo modelo gestão);

- Retorno do limite de 40% para todos os descontos nos benefícios dos aposentados e pensionistas (assistência médica, empréstimos, etc) praticado pela direção da Petros até dezembro de 2020;



## PRESENCIAL

# Sindipetro- Ba faz Caravana da Informação para tratar da Petros e da AMS

Aposentados e pensionistas da categoria petroleira, desde o dia 13 de abril, a Caravana da Informação do Sindipetro Bahia está percorrendo os municípios baianos para esclarecer questões relacionadas a Petros, a AMS e demais assuntos. Não perca a oportunidade de tirar dúvidas e de ficar por dentro desses temas que mexem com a vida dos petroleiros.

Já aconteceram reuniões com os moradores de Catu, Pojuca, Mata de São João, Feira de Santana, Serrinha, São Francisco do Conde, Santo Amar, Madre de Deus, Alagoinhas e Entre Rios.

Por se tratar de pautas de extrema relevância, o Sindipetro salienta a importância da presença de todos nas reuniões que vão acontecer por região, sempre às 9h.

## Confira o calendário das próximas reuniões e participe!

28/04 - CANDEIAS

Subsede do Sindipetro - Rua dos Cajueiros, nº 47, Centro.

03/05 SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ

Subsede do Sindipetro - Avenida São Sebastião, nº 29, Centro.

*Em breve estaremos divulgando o calendário das reuniões da Caravana nas cidades de Salvador e de Lauro de Freitas.*



## Dia dos aposentados é data que remete à luta

Em 24 de janeiro foi comemorado o Dia dos Aposentados. Uma data não apenas de festejo, mas, principalmente, de luta. E os aposentados da categoria petroleira sabem muito bem o significado desta palavra, pois foi através da luta que eles construíram a grande empresa que é a Petrobrás e ampliaram e garantiram direitos, como Petros e AMS, além de conquistar um dos melhores Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) do Brasil.

Mas a trajetória dos petroleiros e petroleiras aposentados (as) nunca foi fácil. Os mais antigos devem lembrar das grandes e combativas greves na ditadura militar e na década de 1990, que levaram a demissões (revistas no primeiro governo Lula), mas também a bons resultados, garantindo avanços no ACT.

De lá para cá foram muitas

as batalhas enfrentadas por este importante segmento da categoria e foi preciso muita força de vontade e unidade para sobreviver e vencer inúmeros desafios.



Os aposentados e aposentadas continuam enfrentando o que hoje são os seus maiores problemas: os aumentos e cobranças abusivos na AMS, com a tentativa de privatização do plano de saúde e o equacionamento da Petros.

Problemas esses que poderiam ter ficado piores se Bolsonaro tivesse ganhado as eleições, pois, neste caso, a Petrobrás seria privatizada. Por isso, os aposentados

mostraram, mais uma vez, a sua força, indo às ruas e fazendo campanha para eleger um governo democrático e popular, que já está, inclusive, mostrando resultados com a volta do diálogo e da negociação na Petrobrás (veja

matéria de capa).

Portanto, a história mostra que os aposentados e aposentadas do Sistema Petrobrás nunca fugiram à luta e se mantêm sempre na ativa. O Sindipetro deseja que 2023 traga bons ventos e boas notícias e externa grande respeito por esse combativo segmento da categoria.

### Origem do Dia dos Aposentados

Esta data foi criada em homenagem à instituição da primeira lei brasileira destinada à previdência social, em 24 de janeiro de 1923, pelo então presidente Artur Bernardes: a Lei Eloy Chaves.

O Decreto de Lei nº 6.926/81 determinou o dia 24 de janeiro como o Dia Nacional dos Aposentados no Brasil.

MASSOTERAPIA, VENTOSATERAPIA E FISIOTERAPIA  
 COM PREÇOS ACESSÍVEIS PARA ASSOCIADOS



FAÇA SEU AGENDAMENTO: (71) 98419-4762

EXPEDIENTE  
 Jornal dos Trabalhadores Aposentados e  
 Pensionistas do Sistema Petrobrás  
 Sindipetro Bahia

Rua Boulevard América, 55, Jardim Baiano, SSA-  
 BA, CEP: 40050-320 - Tel.: (71) 3034-9313  
 E-mail: imprensa@sindipetroba.org.br  
 Site: www.sindipetroba.org.br

Diretor de Imprensa: Radiovaldo Costa  
 Textos e Edição: Carol de Athayde  
 Editoração: Vermelho Limão Comunicação Integrada  
 Tiragem: 7 mil exemplares - Gráfica: Contraste